

AS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS RURAIS DE UMA ESCOLA LOCALIZADA EM CONSELHEIRO JOSINO, CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ

Maria Eduarda Emrich do Amaral¹

Beatriz Corsino Pérez²

Resumo

O tema deste trabalho surgiu da experiência adquirida durante o Estágio em Psicologia Escolar, realizado entre 2022 e 2023, em uma escola estadual da zona rural de Campos dos Goytacazes (RJ), com três turmas do Ensino Médio. Utilizando pesquisa qualitativa e a observação com anotações no diário de campo, fundamentada por revisão bibliográfica, o objetivo foi examinar como o contexto rural atravessa a percepção dos alunos sobre seu futuro. O estudo revelou que os jovens têm dois principais objetivos para a vida adulta: ingressar no mercado de trabalho imediatamente e cursar o ensino superior. Observou-se também a intenção predominante de deixar a zona rural após o Ensino Médio. A pesquisa destacou a importância de considerar as especificidades do território e como essas influenciam a subjetividade dos jovens, bem como o papel da instituição educacional na formação de seus objetivos de vida.

Palavras-chave: Psicologia Escolar. Perspectivas De Futuro. Zona Rural. Escola.

Abstract

The theme of this work emerged from the experience gained during the School Psychology Internship, conducted between 2022 and 2023 at a state school in the rural area of Campos dos Goytacazes (RJ), with three high school classes. Using qualitative research and field diary analysis, supported by bibliographic review, the aim was to examine how the rural context influences students' perceptions of their future. The study revealed that the youth have two main goals for adulthood: immediate entry into the job market and pursuing higher education. It was also observed that most students intend to leave the rural area after high

¹ Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: madueamaral@gmail.com. <https://orcid.org/0009-0000-4446-7196>

² Professora Doutora do curso de Psicologia da Universidade Federal Fluminense (UFF). Email: beatrizcorsino@id.uff.br. <https://orcid.org/0000-0002-8484-5240>

school. The research highlighted the importance of considering the specifics of the territory and how these influence the youth's subjectivity, as well as the role of the educational institution in shaping their life goals.

Keywords: School Psychology. Future Perspectives. Rural Area. School.

INTRODUÇÃO

Durante um ano, foi realizado um estágio em Psicologia Escolar no Colégio Estadual de Conselheiro Josino, um sub-distrito de Campos dos Goytacazes, no Rio de Janeiro. Foi desenvolvido um trabalho com três turmas de Ensino Médio, abordando temas como projeto de vida, sentimento de pertencimento e perspectivas futuras. Oportunidade que se observou que muitos adolescentes expressavam o desejo de sair do sub-distrito e se mudar para a área central de Campos, evidenciando um desejo predominante de deixar a zona rural.

O estágio fez parte da formação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense e envolveu visitas semanais à escola para realizar dinâmicas e atendimentos individuais. A dificuldade no transporte, com vans em condições precárias, foi um desafio constante e permitiu vivenciar, ainda que minimamente, as condições vivenciadas pelos moradores da área rural. Os adolescentes atendidos eram predominantemente residentes do sub-distrito, e a experiência revelou que o pertencimento ao território influencia significativamente a visão de futuro deles. As interações com a escola, o ambiente familiar e comunitário moldam suas perspectivas e objetivos de vida. É crucial compreender essas especificidades territoriais, pois elas afetam a subjetividade dos jovens e suas relações com o espaço escolar.

Deste modo, os adolescentes têm seus processos de socialização e formação afetados pelo meio, e isso reverbera em sua relação com a escola, que se difere de indivíduos inseridos em zonas urbanas. Por isso, é interessante refletir a respeito dos diferentes contextos que atravessam a escola, dependendo de onde está inserida, nesse caso um cenário de área rural, já que o espaço vivido molda a relação entre as crianças e o espaço institucional (Passegui; Nascimento; Silva, 2016). Em outras palavras, busca-se neste trabalho analisar como o contexto rural perpassa a percepção dos alunos sobre seu futuro.

A escola é um importante espaço de convivência para os alunos, que passam cerca de quatro horas diárias nesse ambiente, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (Brasil, 1996). Portanto, é essencial investigar a influência da escola na formação dos projetos de vida dos alunos e como suas práticas contribuem para a construção da subjetividade dos jovens. O trabalho é estruturado em três eixos: uma introdução com a contextualização do estágio e do território, a discussão sobre a contribuição da escola

para as perspectivas de futuro e também análise da relação entre o sujeito e o território. As considerações finais encerram o estudo, acompanhadas das referências bibliográficas utilizadas.

METODOLOGIA

A grade curricular da formação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense, em Campos dos Goytacazes, conta com a disciplina obrigatória de estágio supervisionado. Foi por meio dessa disciplina que surgiu a oportunidade de realizar o estágio em Psicologia Escolar, com duração de dois semestres, entre os anos de 2022 e 2023, num Colégio Estadual localizado em Conselheiro Josino, na área rural do município. Os relatos referenciados durante esse trabalho discorrem sobre as vivências nesse período e das observações realizadas, registradas em relatórios e diários de campo que foram utilizados como instrumentos de análise. A pesquisa do tipo descritiva utilizou dados sintetizados a partir de uma análise qualitativa dos diários de campo, além de usar como ferramenta a revisão bibliográfica para fundamentá-la.

Nesse sentido, o campo de atuação da Psicologia Escolar abrange as relações que permeiam o processo de escolarização, a exemplo da relação entre a escola, como instituição, e os alunos. O fazer do(a) psicólogo(a), no contexto educacional e escolar, envolve um papel de “agente de mudança”, como um fomentador de reflexões acerca dos papéis dos grupos que fazem parte da composição da instituição (Andaló, 1984).

O estágio supervisionado em Psicologia Escolar é um caminho a ser percorrido por estudantes de Psicologia interessados em seguir nessa área, porque contribui para a formação necessária para uma futura atuação dentro da instituição. Em relação à proposta do estágio na graduação de Psicologia da UFF - Campos dos Goytacazes, cabe explicitar que são realizadas visitas semanais à escola nas qual se realiza metodologias participativas com as turmas, tais como: rodas de conversa, dinâmicas de grupo, brincadeiras, debates, entre outras. Essas atividades foram discutidas e pensadas previamente, em reuniões supervisionadas pela professora orientadora, de acordo com as demandas e preferências dos jovens. Além disso, a atuação dos estagiários inclui o diálogo com os professores, diretores e demais componentes da instituição; a realização de acolhimentos individuais, quando necessário; e a participação eventual em reuniões de planejamento e avaliação.

O trabalho foi desenvolvido com três turmas de Ensino Médio, com aproximadamente 20 alunos em cada uma e idades entre 15 a 20 anos. Para que isso fosse viável, um dos professores cedia um tempo de aula, de 50 minutos, por semana, para a realização da proposta, envolvendo temáticas diversas que variavam conforme às demandas dos grupos.

Ao todo, ao longo dos dois semestres de estágio foram realizados 17 encontros, mediados sempre por duas estagiárias e aconteceram, em sua maioria, no espaço da instituição. As experiências foram descritas em relatórios semanais, em que constavam as propostas e a forma como ocorreram. Esse material foi utilizado nas análises realizadas no tópico a seguir. Em relação às dinâmicas utilizadas durante o projeto, algumas foram planejadas envolvendo temáticas relacionadas às seguintes discussões: perspectiva de futuro, relação aluno-escola, profissões e conclusão do Ensino Médio.

AS CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NA CONSTRUÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE FUTURO

Existe um número crescente de produções que partem do entendimento das individualidades dos jovens e dos grupos, considerando aspectos sociais, históricos e culturais. Apesar disso, a maioria dos debates ainda giram em torno de juventudes que se encontram no meio urbano, havendo pouco debate sobre as especificidades do espaço rural. A juventude rural é considerada uma população específica, como uma minoria dentro da população de jovens brasileiros, o que contribui para que o espaço urbano siga em foco, por isso ainda é pouco reconhecida (Carneiro; Castro, 2007, p. 129).

Diante disso, as discussões, neste trabalho, direcionam-se para as vivências e especificidades da juventude rural, com o intuito de compreender como os indivíduos se constituem socialmente nesse período. Para tal objetivo, faz-se necessário considerar as diversidades e a forma como elas permeiam a construção do indivíduo. Nesse sentido, Castro (2021) expõe que os jovens são parte da comunidade, são parte de seus territórios, estão inseridos em sua cultura e também são produtores da mesma.

Considerando as experiências do estágio em Conselheiro Josino, buscou-se compreender nos relatos dos alunos os atravessamentos relacionados ao viver no meio rural. Segundo Caldart (2002), as populações do campo possuem “raiz cultural própria”, tendo uma forma de viver e trabalhar que se difere do modelo urbano, possuindo maneiras diferentes de enxergar e relacionar-se com o tempo, o espaço e o meio ambiente. Além de possuírem um modo distinto de se relacionar e de organizar-se em família/comunidade, e de vivenciar a educação. Então, partiu-se da compreensão de que a escola rural existe como um local de socialização e convívio entre os indivíduos que a compõem.

A escola é um dos aspectos que contribui para objetivos futuros dos jovens, porque é entendida por eles como parte do caminho que os leva até uma vida adulta estável em tópicos como: emprego, constituição familiar e estabilidade financeira, fatores socialmente determinantes para se constituírem como pessoas adultas. Além disso, revisitando os diários de campo, ficou evidente que, para os estudantes, a conclusão do Ensino Médio está ligada ao êxito profissional e à possibilidade de ingresso no mercado de trabalho, representando um crescimento das oportunidades que se apresentam (Lebourg; Coutrim; Silva, 2021).

Também foi possível perceber a valorização e reconhecimento daquilo que é aprendido neste ambiente, justamente por ser percebida como uma alternativa mais assertiva em relação ao futuro, concepção que pode ser resultado da transmissão intergeracional familiar (Passeggi; Nascimento; Silva, 2016).

Apesar destes fatores, o que se pôde inferir em relação aos diários de campo é que existe um afastamento entre alunos do Ensino Médio e a instituição educacional, devido: a falta de reconhecimento e aplicabilidade dos conteúdos abordados nas aulas; o formato das aulas e a ausência de diálogo entre a instituição e os jovens. Durante a realização da Dinâmica do Diretor, uma das alunas disse que, se fosse diretora do colégio, “prepararia os alunos para a vida lá fora, a escola precisa ensinar o que é necessário para viver” (Anotações de campo, 2023); e também “falaria para os professores darem aulas mais interativas. É muito pega o caderno, senta e copia” (Anotações de campo, 2023). Nessas falas, os educandos ressaltam a falta de funcionalidade dos conteúdos ensinados para o momento presente de suas vidas, porque não condizem com a realidade e o contexto que vivenciam. Castro (2021) também faz uma reflexão sobre o conteúdo ensinado aos jovens e como se distanciam das experiências vividas por eles

Os jovens colocam que os conteúdos ensinados e as formas de funcionamento da escola estão desconectados das preocupações e interesses que atravessam as suas vidas. As questões étnico-raciais e relacionadas ao trabalho no campo, por exemplo, são pouco abordadas. A escola é vista como algo “chato”, e diversas vezes, as crianças se queixaram sobre a obrigatoriedade de estudar determinados temas, mas a promessa de ter um futuro diferente dos pais é o que mobiliza muitas delas a continuarem estudando (Castro, 2021, p. 226).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que define as aprendizagens essenciais para a Educação Básica, da Educação Infantil ao Ensino Médio. Ela estabelece um conjunto comum de conhecimentos e competências para orientar currículos e práticas pedagógicas em todo o Brasil, com um caráter normativo e generalizante.

De acordo com Arroyo (2011), na constituição do sistema escolar, o currículo caracteriza-se como o elemento central e estruturante da função escolar, sendo normativo e delimitado. Nesse caso, é possível entendê-lo como uma instituição em que há produção e apropriação de conhecimento, por isso, faz parte da disputa das relações políticas de dominação-subordinação. Pensando na formação histórica brasileira, a “apropriação-negação do conhecimento” atua como “demarcação-reconhecimento”, segregando os mais diversos coletivos sociais, dentre eles o camponês. Além de dificultar o acesso ao conhecimento produzido, não são levadas em consideração as produções culturais, os conhecimentos e os modos de pensar sobre o mundo, a realidade destes grupos — colocando-os à margem da história. Consequentemente, seus saberes e formas de pensar não foram incluídos no “conhecimento socialmente produzido e acumulado” que é, justamente, o que as bases curriculares consideram e legitimam como “núcleo comum”.

Assim, vê-se que o caráter universalizante da educação segue sendo um desafio para os povos do campo, pois o modelo educacional é descolado de suas realidades (Vianna, 2018). Torna-se evidente a necessidade de repensar estas bases curriculares, tendo “o povo do campo como sujeito das ações e não apenas sujeitos às ações de educação” (Caldart, 2002, p. 20). Assim, mostrou-se a urgência de uma Educação do Campo, que Caldart (2002) caracteriza da seguinte forma

Trata-se de uma educação dos e não para os sujeitos do campo. Feita sim através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem. A afirmação deste traço que vem desenhando nossa identidade é especialmente importante se levarmos em conta que na história do Brasil, toda vez que houve alguma sinalização de política educacional ou de projeto pedagógico específico isto foi feito para o meio rural e muito poucas vezes com os sujeitos do campo. Além de não reconhecer o povo do campo como sujeito da política e da pedagogia, sucessivos governos tentaram sujeitá-lo a um tipo de educação domesticadora e atrelada a modelos econômicos perversos (p. 19)

Mediante a implementação das diretrizes da Educação do Campo, sendo esta construída pelos próprios sujeitos seria possível reconhecer saberes, conhecimentos, culturas, memórias, valores “que enraízam sem necessariamente fixar as pessoas em sua cultura, seu lugar, seu modo de pensar” (Caldart, 2002, p. 23). A escola rural, a qual este trabalho refere-se, assim como as demais escolas brasileiras, segue as bases curriculares nacionais, o que corrobora para situações como o não reconhecimento por parte dos alunos de suas realidades em relação aos conteúdos ministrados pelos professores nas aulas, a falta de aplicabilidade dos mesmos no que diz respeito às suas vivências, o que faz com que muitos vislumbrem a escola apenas como uma “obrigação”. Nesse sentido, eles percebem a escola como um meio para um fim, uma etapa que precisam concluir para alcançar o que consideram como sucesso — principalmente no que diz respeito à empregabilidade e estabilidade financeira.

Essas reclamações e insatisfações geram uma discussão e uma reflexão sobre o processo educacional e contribuem para o desinteresse e desmotivação desses jovens em relação à própria escola. É possível inferir que as aulas consideradas “chatas” são aquelas que seguem a lógica da transmissão e recepção do conhecimento, em que o professor não atua como mediador da aprendizagem, o que reduz os diálogos entre o professor/estudante e estudante/estudante.

Esse padrão de ensino tradicional foi observado em grande parte das aulas, em que os alunos copiavam as explicações e atividades do quadro sem compreenderem sua relevância ou aplicação futura. Esse método de educação reflete o conceito apresentado por Paulo Freire (1974) de "educação bancária", no qual os alunos são tratados como receptores passivos de informações, havendo pouca interação e diálogo entre eles e os educadores.

Pensando no ambiente escolar e especialmente no contexto rural, é fundamental esta valorização da cultura extracurricular, por meio das interações dentro deste espaço. Ao considerar as diferenças e as desigualdades, amplia-se o reconhecimento e o sentimento de pertencimento, contribuindo para que os estudantes percebam a escola como espaço de participação, educação, formação e cultura (Rocha, 2006).

Em outras palavras, as instituições escolares oferecem condições e mecanismos para que os jovens se tornem sujeitos dos contextos urbanos, e não rurais, o que pode desencorajar sua permanência e desenvolvimento no campo. Assim, se reiteram ideais urbanos que reafirmam estigmas e que posicionam a zona rural como um lugar atrasado e não desenvolvido.

A RELAÇÃO SUJEITO-TERRITÓRIO: SEUS ATRAVESSAMENTOS NA CONSTITUIÇÃO DAS PERSPECTIVAS DE FUTURO DOS JOVENS

Após debater sobre a presença do jovem na escola rural, e para discutir suas perspectivas para além dela, foi preciso abordar a dimensão do trabalho. Já que, para a classe trabalhadora, as categorias juventude, escola e trabalho são indissociáveis, a relação dos jovens com a instituição é atravessada pela relação com o trabalho e vice-versa. Nessa questão, considerou-se não só a falta de condições de acesso e conclusão do Ensino Médio, mas também a carência de adesão e interesse dos estudantes pelo colégio (Bernardim; Silva, 2017).

Ao direcionar o olhar para as unidades escolares localizadas em áreas rurais do Brasil, constata-se uma realidade em que a conciliação entre escola e trabalho “se impõe de modo praticamente determinante para a maioria dos jovens” (Sposito, 2008, p.86). O ofício engendra problemas que afetam a trajetória escolar do aluno, porque ele precisa conciliar duas atividades que demandam muito tempo e esforço, físico e/ou intelectual. A necessidade de cumprir horários de trabalho muitas vezes entra em conflito com os horários acadêmicos, levando à falta de tempo para estudar, participar das atividades escolares ou descansar adequadamente. Um dos alunos, em uma conversa particular com as estagiárias, explicou sobre suas faltas frequentes. Ele afirmou que, por conta do trabalho, “tem vezes que dá pra vir de manhã e tem vezes que não” (Diário de campo, 2023).

A necessidade do emprego para os jovens, muitas vezes como um dos principais contribuintes para a renda familiar, coloca em evidente conflito a noção idealizada de que eles deveriam se dedicar exclusivamente aos estudos, sem preocupações relacionadas à sobrevivência (Castro, 2021, p. 225). Por vezes, como exemplificado no parágrafo anterior, os alunos se ausentam das aulas devido a demanda de seus trabalhos. Quando a análise foi direcionada para os participantes desta pesquisa, essa relação foi bastante notória. Existem alunos inseridos no mercado de trabalho, mesmo ainda sendo estudantes, e muitos deles têm a

pretensão de adentrar em um emprego assim que finalizarem o Ensino Médio. Durante um momento de diálogo, fora da sala de aula, entre as estagiárias e o aluno, ele discorreu sobre sua rotina e sua família, e explicou sobre seu trabalho. Disse trabalhar em uma fazenda para contribuir para renda familiar, porque a mesma é insuficiente para suprir os gastos familiares (Diário de campo, 2023). Observou-se que casos como esse são comuns e fazem parte da realidade da escola abordada neste trabalho, o que demonstra como a dimensão do trabalho faz parte da trajetória escolar dos jovens, havendo uma perspectiva de manter-se trabalhando ou inserir-se no mercado de trabalho.

Por meio dos diários de campo, pôde-se concluir que a maioria dos estudantes que já estão inseridos no mercado de trabalho desejam continuar, e buscam melhorias profissionais. Também percebe-se que o desejo de muitos jovens era concluir o Ensino Médio para imediatamente inserir-se nesse ramo, objetivando independência financeira ou contribuir com a renda de sua família de origem. O emprego foi entendido como o meio pelo qual eles alcançam essa independência e, conseqüentemente, autonomia pessoal, aspectos marcantes na transição para a vida adulta. Então, entrar no mercado de trabalho refletiu uma preocupação que vai além do momento presente, participando da construção de expectativas para o futuro (Gonçalves; Coutinho, 2014).

Desta maneira, entende-se que o vínculo empregatício está relacionado com o ideal comum daquilo que compõe a vida adulta, e também se configura como uma remuneração financeira mais imediata. Em um cenário de instabilidade e insegurança, o emprego surge como a possibilidade de uma nova fonte de renda para o jovem e muitas vezes para sua família. Além disso, no seguinte contexto, os alunos na condição de trabalhadores não evidenciaram o desejo de sair de Conselheiro Josino, uma vez que muitos percebem possibilidades de emprego dentro do próprio território em que residem, seja trabalhando nas fazendas, nos salões de beleza ou realizando algum tipo de prestação de serviço.

Diante dos aspectos analisados, cabe dizer que existe um grupo menor de alunos do Ensino Médio que demonstraram o desejo de dar continuidade aos estudos. A maioria dos alunos parece optar pela entrada imediata ou permanência no mercado de trabalho, devido a necessidade de uma remuneração a curto prazo. Durante a realização da atividade da Cápsula do tempo, um dos educandos escreveu sobre o desejo de “mudança de vida” por meio da graduação superior; a vontade de ter uma profissão e de atingir a independência financeira. É interessante apontar que, para esse grupo, a graduação no Ensino Superior e “ter uma profissão” aparecem como fatores essenciais dentro da perspectiva de uma vida adulta bem sucedida (Diário de campo, 2023).

Observou-se, dentro desse grupo, a vontade de seguir carreiras militares, a realização de cursos técnicos e também graduações em faculdades. Apesar disso, grande parte dos estudantes do Ensino Médio não estão cientes dos passos necessários para o ingresso nas instituições públicas de ensino superior, como as

faculdades federais/estaduais. A exemplo, a prova de admissão do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), sobre a qual muitos apresentaram diversas dúvidas; e o processo de aplicação das notas no Sistema de Seleção Unificada (SISU), desconhecido por vários estudantes. Mostrando que o ideal da graduação superior parece estar presente apenas no campo imaginário, o que justifica-se por um contexto adverso que dificulta a busca real pelo que se deseja (Savegnago, 2021, p. 358).

Nesse sentido, os alunos que desejam ingressar no ensino superior precisam sair do subdistrito, já que Conselheiro Josino só possui instituições de ensino fundamental e médio. Assim, esse jovem desloca-se do subdistrito e vai até a área central do município para acessar a graduação. Cabe dizer que não existem ônibus responsáveis pelo trajeto, que dura cerca de uma hora, e é realizado apenas por vans em poucos horários durante o dia, o que prejudica a mobilidade dos indivíduos que moram no subdistrito e precisam acessar o centro da cidade.

A necessidade de locomover-se até áreas urbanas para acessar dispositivos ausentes no cenário rural contribui para a evasão, já que a ausência de políticas públicas prejudica o desenvolvimento dos sujeitos em diversas dimensões. Esse aspecto é notável na fala dos alunos que têm a necessidade de sair de Conselheiro Josino para realizar cursos técnicos e/ou faculdade. Sobre isso, Silva (2018) explicita que as disparidades e desigualdades que caracterizam as diferenças entre cidade e campo no Brasil contribuem para estigmatizar os camponeses diante de outros grupos territoriais. Para além disso, os limites culturais, econômicos e sociais enfrentados pelos sujeitos do meio rural, como a dificuldade de acesso a bens e serviços, continuam sendo um dos principais fatores que promovem a exclusão e a invisibilidade desses indivíduos. Portanto, entende-se que

O êxodo rural consiste em um processo que se intensificou na segunda metade do século passado e que permanece acentuado, especialmente entre jovens que saem do campo para encontrar outras oportunidades e acabam se fixando no meio urbano, retirando-se de vez do campo. Este fenômeno é resultante de inúmeros fatores, em que sobressai a falta de políticas públicas abrangentes que garantam a superação de intensas desigualdades socioeconômicas (Silva, 2018, p.987).

Essas desigualdades socioeconômicas contribuem para a necessidade de buscar novas oportunidades fora do território de origem. No caso dos jovens de Conselheiro Josino, isso se reflete nos projetos que eles possuem para suas vidas, para os anos seguintes à conclusão do Ensino Médio. Nesse aspecto, os diários de campo mostraram que a saída da zona rural é um objetivo recorrente entre a grande maioria dos discentes. Houve, no relato de muitos, o discurso de que gostariam de se mudar para a área central do município de Campos dos Goytacazes.

Sobre essa temática e com base nas discussões feitas, entende-se que a unidade escolar faz parte da constituição destas perspectivas, e também atua como fator motivador da intencionalidade de êxodo rural

predominante no discurso dos alunos. De modo geral, o êxodo da juventude é o resultado da escassez de políticas públicas abrangentes para os agricultores camponeses. Os programas e as políticas atuais, no formato que se originam e vigoram, não possibilitam contemplar, de maneira expressiva, os sujeitos sociais que constituem o campo brasileiro e garantir transformações significativas que permitam a autonomia da juventude para consolidar seus projetos de vida.

Nesse caso, a educação foi entendida como uma das políticas públicas que pouco contempla os povos do campo. Há um histórico de fechamento de escolas rurais, escassez de infraestrutura e pouco investimento nestas instituições. Esses aspectos também estão presentes nos discursos dos alunos, que afirmam e argumentam sobre a necessidade de haver uma “reforma e renovação” na escola, abordando questões estruturais desse espaço (Diário de campo, 2023).

A partir desse debate, entende-se que a perspectiva de saída do campo é perpassada pela educação como política pública, e pelas instituições escolares com caráter relacional que contribui para a formação da subjetividade dos estudantes. Nesse aspecto, pode-se afirmar que “a superação do êxodo da juventude camponesa deverá realizar-se no âmbito da construção e execução de políticas públicas sólidas e que contemplem diversas dimensões da vida destes sujeitos, como os processos sociais, culturais e econômicos” (Silva, 2018, p.987). Portanto, a construção de políticas públicas relacionadas a dimensões como: saúde, desenvolvimento econômico e educação, são essenciais para a continuidade dos sujeitos do campo em seus territórios de origem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou como o território, a escola e as dimensões sociais influenciam a visão dos jovens sobre seu futuro. Por intermédio, da discussão de diários de campo e revisão bibliográfica, foi possível entender que as expectativas de futuro são cruciais no desenvolvimento juvenil, representando a antecipação de metas a longo prazo. Este período de juventude é caracterizado por decisões importantes e investimentos voltados para projetos futuros, que muitas vezes se relacionam com processos motivacionais que conectam o presente com o futuro.

Deste modo, se realiza uma reflexão sobre o papel da escola na vida dos jovens rurais e como suas experiências educacionais moldam suas perspectivas futuras. A escola é vista como um local de transmissão de conhecimento, mas também como um espaço que perpetua desigualdades sociais e violências estruturais. Observou-se que os jovens do campo enfrentam desafios relacionados ao acesso e à permanência no Ensino Médio, já que o currículo escolar não contempla suas especificidades culturais e subjetivas (Diário de

campo, 27). A falta de reconhecimento da cultura rural nos conteúdos escolares contribui para uma sensação de desconexão e marginalização. Por isso, a importância da Educação do Campo como uma prática pedagógica e política que valorize a identidade camponesa, rejeitando a visão estigmatizada do meio rural. A Educação do Campo deve ser alinhada com as particularidades do cenário rural e integrada a um currículo que reconheça essas especificidades. No entanto, a falta de formação de profissionais e de autonomia escolar para desenvolver um currículo adaptado às necessidades locais, continua sendo um desafio significativo.

Dessa forma, o estudo revelou que as perspectivas futuras dos jovens são atravessadas pela realidade socioeconômica, como a necessidade de trabalho para complementar a renda familiar e responsabilidades familiares precoces. Apesar de alguns jovens desejarem continuar seus estudos, o acesso à educação superior é dificultado por obstáculos como a distância e a falta de infraestrutura. Portanto, políticas públicas adequadas são essenciais para promover o desenvolvimento socioeconômico dos jovens rurais, facilitando a realização de seus objetivos e a permanência em seus territórios de origem. O estudo sugere que uma análise mais abrangente, envolvendo diversas escolas, seria necessária para uma compreensão mais completa das perspectivas dos estudantes.

REFERÊNCIAS

ABRAPEE. Estatuto da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional. Campinas, SP: ABRAPEE, 1991.

ALVES, Cássia et al. Relações com a escola e expectativas quanto ao futuro em jovens brasileiros. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 26, n. 1, p. 50-65, jan./abr.2015. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/download/3818/3001/12279>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

ANDALÓ, Carmem Silvia de Arruda. O papel do psicólogo escolar. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 4, n. 1, p. 43–46, 1984. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931984000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 16 abr. 2024.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

BERNARDIM, Márcio Luiz; SILVA, Monica Ribeiro da. Juventude(s) e ensino médio: da inclusão escolar excludente aos jovens considerados nem-nem. **Revista Contrapontos**, [S.l.], v. 17, n. 4, p. 688-704, 13 dez. 2017. Editora UNIVALI. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.14210/contrapontos.v17n4.p688-704>>. Acesso em: 13 jul. 2024.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018.

CALDART, Roseli Salete, et al. **Educação do Campo**: identidade e políticas públicas. Coleção por uma educação do campo, nº4: Brasília, DF. 2002

CASTRO, Elisa Guaraná de. et al. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Lucia Rabello (Org.). **Infâncias do sul global**: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil. Salvador: EDUFBA, 2021.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam; SILVA, Lorena Bernadete da. **Juventudes e sexualidade**. Brasília: UNESCO, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GONÇALVES, Hebe Signorini; COUTINHO, Luciana Gageiro. Juventude e família: expectativas, ideais e suas repercussões sociais. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 597–611, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/10549>. Acesso em: 15 jul. 2024.

LEBOURG, Elodia Honse; COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação; SILVA, Luciano Campos da. Juventude e transição para o ensino médio: desafios e projetos de futuro. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, p. 82–98, jan. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/T5dKxxMSzCRsPsFwm49hxgs/>. Acesso em: 15 jul. 2024.

PASSEGGI, Maria da Conceição; NASCIMENTO, Gilcilene Lélia Souza do.; SILVA, Vanessa Cristina Oliveira da. Narrativas da infância: a escola no mundo urbano e no mundo rural. **Educação & Linguagem**, São Paulo, v. 19, n. 2, p. 101-116, jul.-dez. 2016.

ROCHA, Maria Cristina. **Juventude: apostando no presente**. Imaginário, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 205-223, jun. 2006. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-666X2006000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 abr. 2024.

SAVEGNAGO, Sabrina Dal Ongaro. Oportunidades de vida e mobilidades de jovens do Sul Global: um olhar crítico sobre a noção de projeto de vida. In: CASTRO, Lucia Rabello de. (Org.). **Infâncias do sul global: experiências, pesquisa e teoria desde a Argentina e o Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: EDUFBA, 2021, p. 339-362.

DA SILVA, Marizete Andrade. Interfaces entre a Educação do Campo e o êxodo rural da juventude camponesa. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S.l.], v. 3, n. 3, p. 970-990, 2018. DOI: 10.20873/uft.2525-4863.2018v3n3p970. Disponível em: <<https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/3305>>. Acesso em: 9 jul. 2024.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude e educação: interações entre a educação escolar e a educação não-formal. **Educação & Realidade**, v. 33, n. 2, p. 83-98, 2008. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/viewFile/7065/4381>. Acesso em: 9 jul. 2024.

VIANNA, Marcelo Cavalcanti. **Vozes e o silenciamento das escolas rurais**: um balanço da educação do campo em Campos dos Goytacazes/RJ. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) - Instituto de Ciência da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense. Campos dos Goytacazes, p. 138. 2018